

CONHECIMENTOS GERAIS

Texto para as questões de 1 a 5.

1 O conceito de medicamento como agente de cura já era associado ao seu potencial de dano pelas civilizações arcaicas da Mesopotâmia e do Egito. O termo *shêrtu*, que aparece nos manuscritos da época, tem significado simultâneo de doença, pecado e castigo divino. Somente por meio da catarse, em que era atribuído um conteúdo mágico ao medicamento, o indivíduo alcançaria a purificação de seus pecados e o restabelecimento da saúde por intervenção dos deuses.

10 Esses conceitos influenciaram o entendimento da patologia e da terapêutica durante muitos séculos e persistem, em alguns aspectos, até hoje. A palavra fármaco tem origem no termo grego *pharmak*, que significa “aquilo que tem o poder de transladar as impurezas”. Entre os gregos, vítimas dos sacrifícios oferecidos aos deuses eram chamadas de *pharmakó*, e o alimento utilizado durante as cerimônias de comunhão era o *phármakon*, que significava aquilo que poderia trazer tanto o bem quanto o mal, manter a vida ou causar a morte. Esse vocábulo passou a integrar a terminologia médica grega e chegou até os dias atuais com o nome de fármaco.

22 A concepção do medicamento como potencial causador de dano manifestou-se também durante a Idade Média. No século X, foi criada, em Salerno, na Itália, uma comunidade de médicos que estudava, compendia e ensinava a medicina. Uma das atribuições da instituição era a de fiscalizar a comercialização de medicamentos, com autoridade para enforçar vendedores de elixires mágicos, poções ou drogas nocivas que tivessem levado à morte aqueles que os utilizaram. Somente no final do século XIX, foram criadas as primeiras comissões para investigar os danos associados ao uso de medicamentos, inicialmente em razão de inúmeros relatos de mortes súbitas durante anestesia com clorofórmio.

34 O fato mais marcante relacionado ao uso de medicamentos ocorreu em 1961, com o surto de focomelia, termo grego que caracteriza um processo de deformidades (atrofia ou ausência) dos membros inferiores e superiores, que faz parecer uma foca. Um total de 10.000 crianças nasceram deformadas na Alemanha Oriental em consequência do uso de talidomida pelas grávidas, um hipnótico não barbitúrico empregado para tratar ansiedade e insônia, prescrito, à época, para tratamento de náuseas e vômitos matutinos, sendo que mais da metade desses recém-nascidos morreu. Estudos epidemiológicos comprovaram os efeitos teratogênicos da talidomida. Nos Estados Unidos da América, praticamente não houve incidentes relacionados a esse fármaco, pois a FDA (*Food and Drug Administration*, instituição criada em 1938, equivalente à Anvisa brasileira) o havia retirado do mercado, em razão de evidências que o associavam ao hipotireoidismo e à neuropatia periférica.

52 Nesse cenário, foram iniciados os primeiros estudos com enfoque na utilização racional de medicamentos, em resposta à necessidade de se conhecer e relatar os problemas relacionados ao uso inadequado desses e à elevada morbimortalidade a eles associada.

Daniel Fábio Kawano, Leonardo Régis Leira Pereira, Julieta Miekto Ueta e Osvaldo de Freitas. **Acidentes com os medicamentos: como minimizá-los?** In: *Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas*, v. 42, n.º 4, out./dez. 2006, p. 487-495 (com adaptações).

QUESTÃO 1

Assinale a alternativa que apresenta a ideia central do texto.

- (A) medicamentos como agentes de cura
- (B) atribuição de conteúdo mágico aos medicamentos
- (C) efeitos adversos causados pelos medicamentos
- (D) utilização racional de medicamentos
- (E) uso inadequado dos medicamentos

QUESTÃO 2

Assinale a alternativa em que há manutenção da correção gramatical e dos sentidos do texto na proposta de reescrita do trecho “mais da metade desses recém-nascidos morreu” (linhas 44 e 45).

- (A) mais da metade desses recém-nascidos morreram
- (B) mais da metade desses recém-nascidos morrera
- (C) mais da metade desses embriões morreu
- (D) menos da metade desses bebês sobreviveram
- (E) cinquenta por cento desses recém-nascidos morreu

QUESTÃO 3

O elemento “o”, presente nas linhas 50 e 51, retoma, no texto,

- (A) “Estados Unidos da América” (linha 47).
- (B) “fármaco” (linha 48).
- (C) “FDA” (linha 48).
- (D) “mercado” (linha 51).
- (E) “hipotireoidismo” (linha 52).

QUESTÃO 4

Sem provocar alterações nos sentidos originais do texto, o termo “medicamento” (linha 1) pode ser substituído por

- (A) farmacopeia.
- (B) solução.
- (C) enteróclise.
- (D) medicina.
- (E) remédio.

QUESTÃO 5

Considerando o segundo parágrafo do texto, assinale a alternativa que apresenta a relação morfossintática correta e adequada entre os segmentos das sentenças.

- (A) “influenciaram” (linha 10) e “persistem” (linha 12) relacionam-se a “entendimento” (linha 10).
- (B) “tem” (linha 13) relaciona-se a “no termo grego *pharmak*” (linha 13).
- (C) “significa” (linha 13) relaciona-se a “de transladar as impurezas” (linha 14).
- (D) “eram chamadas” (linhas 15 e 16) relaciona-se a “vítimas dos sacrifícios oferecidos aos deuses” (linha 15).
- (E) “passou a integrar” (linha 19) relaciona-se a “aquilo que poderia trazer tanto o bem quanto o mal” (linha 18).

QUESTÃO 6

No PowerPoint 2013, a imagem



contém alguns exemplos de um recurso do PowerPoint muito utilizado para incrementar a apresentação do usuário. Com base nessa informação, assinale a alternativa que apresenta esse recurso.

- (A) Formas
- (B) Transições
- (C) *SmartArt*
- (D) Gráfico
- (E) *Hyperlink*

QUESTÃO 7

No programa de navegação Google Chrome, em sua versão mais recente, é possível limpar alguns dados de navegação, já que ele impede que todos os dados sejam apagados. Considerando essa informação, assinale a alternativa que apresenta somente os dados que podem ser excluídos.

- (A) Senhas e Extensões
- (B) Configurações de conteúdo e Extensões
- (C) Extensões e Preenchimento automático de dados de formulário
- (D) Imagens e arquivos armazenados em cache e *Cookies*
- (E) Histórico de *download* e Extensões

QUESTÃO 8

No programa de correio eletrônico Microsoft Outlook 2016, para adicionar uma conta de *e-mail*, o usuário poderá iniciar com o seguinte procedimento:

- (A) abrir o Outlook e selecionar Arquivo > Adicionar Conta.
- (B) abrir o Outlook e selecionar Arquivo > Criar Usuário.
- (C) abrir o Outlook e selecionar Mensagem > Nova Conta.
- (D) abrir o Outlook e selecionar Opções > Adicionar Nova Conta.
- (E) abrir o Outlook e selecionar Revisão > Adicionar Conta.

QUESTÃO 9

Com relação aos conceitos de organização e de gerenciamento de arquivos e pastas, julgue os itens a seguir.

- I As extensões .jpeg e .png correspondem aos arquivos de imagem, enquanto as extensões .mp4 e .avi correspondem aos arquivos de vídeo.
- II Nos sistemas Windows, Bibliotecas são objetos que permitem facilitar o gerenciamento de arquivos e pastas.
- III O Gerenciador de arquivos e pastas no Windows 7 recebe o nome de Windows Explorer, enquanto, no Windows 8, ele recebe o nome de Explorador de Arquivos.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas o item I está certo.
- (B) Apenas o item II está certo.
- (C) Apenas os itens I e III estão certos.
- (D) Apenas os itens II e III estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 10

Os programas que são considerados como muito parecidos com os *spywares* e que têm como função principal interceptar e registrar dados trafegados na rede são os

- (A) *hijackers*.
- (B) *vírus time bomb*.
- (C) *sniffers*.
- (D) *spams*.
- (E) de engenharia social.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 11**

Considerando a Lei n.º 3.820/1960, assinale a alternativa correta acerca do Conselho Federal e dos Conselhos Regionais de Farmácia.

- (A) O Conselho Federal de Farmácia é o órgão supremo dos Conselhos Regionais, com jurisdição em todo o território nacional e sede no Distrito Federal.
- (B) Não possuem autonomia administrativa e financeira, sendo subordinados ao Ministério da Saúde.
- (C) São dotados de personalidade jurídica de direito privado.
- (D) Os Conselhos Regionais e o Conselho Federal não poderão cobrar taxas pela expedição ou pela substituição de carteira profissional.
- (E) O poder de punir disciplinarmente compete exclusivamente ao Conselho Federal, sendo anuláveis as punições aplicadas pelos Conselhos Regionais.

QUESTÃO 12

Em todo o território nacional, o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos é regido pela Lei n.º 5.991/1973. Com base nessa Lei, assinale a alternativa correta.

- (A) As unidades de dispensação das instituições de caráter filantrópico ou beneficente, sem fins lucrativos, não serão regidas pela Lei n.º 5.997/1973.
- (B) A farmácia e a drogaria terão, obrigatoriamente, a assistência de técnico responsável, inscrito no Conselho Regional de Farmácia.
- (C) O comércio de determinados correlatos, tais como cosméticos e perfumes, exercido por estabelecimentos especializados, não poderá, em nenhuma hipótese, ser extensivo às farmácias e drogarias.
- (D) Em qualquer hipótese, farmácias homeopáticas poderão manter apenas seções de vendas de medicamentos homeopáticos.
- (E) A presença do técnico responsável na farmácia será obrigatória em horários de pico ou em horários pré-estabelecidos, sendo prescindível sua presença durante todo o horário de funcionamento do estabelecimento.

QUESTÃO 13

João visitou um estabelecimento de dispensação e comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos com o objetivo de adquirir substância ou matéria-prima que tenha finalidade medicamentosa ou sanitária.

Com base nesse caso hipotético, é correto afirmar que João visitou e teve o objetivo de adquirir, respectivamente:

- (A) farmácia e medicamento.
- (B) farmácia e droga.
- (C) drogaria e medicamento.
- (D) farmácia e insumo farmacêutico.
- (E) drogaria e droga.

QUESTÃO 14

Conforme a Resolução n.º 357/2001 do Conselho Federal de Farmácia, o farmacêutico, quando no exercício da assistência e da direção técnica de farmácia,

- (A) poderá manipular, mas não dispensar, fórmulas alopáticas com finalidade profilática.
- (B) poderá dispensar, mas não manipular, fórmulas homeopáticas com finalidade curativa.
- (C) não poderá dispensar medicamentos alopáticos e homeopáticos.
- (D) não poderá dispensar produtos dietéticos.
- (E) poderá manipular fórmulas alopáticas e homeopáticas com finalidade estética ou para fins de diagnóstico.

QUESTÃO 15

Segundo a Lei n.º 13.021/2014, que dispõe sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas, assinale a alternativa correta.

- (A) É permitido ao proprietário da farmácia desautorizar as orientações técnicas emitidas pelo farmacêutico.
- (B) Na dispensação de medicamentos, não é função do farmacêutico observar os aspectos técnicos e legais do receituário.
- (C) O farmacêutico e o proprietário dos estabelecimentos farmacêuticos agirão sempre solidariamente, realizando todos os esforços para promover o uso racional de medicamentos.
- (D) O fiscal farmacêutico poderá exercer outras atividades profissionais de farmacêutico, ser responsável técnico, proprietário ou participar de sociedade em estabelecimentos farmacêuticos.
- (E) Obriga-se o farmacêutico, no exercício de suas atividades, a proceder, exclusivamente, ao acompanhamento farmacoterapêutico de pacientes internados em estabelecimentos hospitalares de natureza pública.

QUESTÃO 16

De acordo com o Anexo da Resolução n.º 585/2013 do Conselho Federal de Farmácia, o procedimento de coleta de dados sobre o paciente, realizado pelo farmacêutico por meio de entrevista, com a finalidade de conhecer sua história de saúde, elaborar o perfil farmacoterapêutico e identificar suas necessidades relacionadas à saúde, é chamado de

- (A) consulta farmacêutica.
- (B) evolução farmacêutica.
- (C) farmácia clínica.
- (D) anamnese farmacêutica.
- (E) farmacoterapia.

Texto para as questões 17 e 18.

O Código de Ética Farmacêutica contém as normas que devem ser observadas pelos farmacêuticos e pelos demais inscritos nos Conselhos Regionais de Farmácia no exercício do âmbito profissional respectivo, inclusive nas atividades relativas ao ensino, à pesquisa e à administração de serviços de saúde, bem como em quaisquer outras atividades em que se utilize o conhecimento advindo do estudo da farmácia em prol do zelo pela saúde.

O farmacêutico atuará com respeito à vida humana, ao meio ambiente e à liberdade de consciência nas situações de conflito entre a ciência e os direitos e as garantias fundamentais previstos na Constituição Federal.

Resolução n.º 596/2014 do Conselho Federal de Farmácia (com adaptações).

QUESTÃO 17

Quanto aos direitos, aos deveres e às proibições do farmacêutico, assinale a alternativa correta.

- (A) Deve exercer a profissão, em instituição pública ou privada, mesmo na ausência de condições dignas de trabalho ou em condições que possam prejudicar o usuário.
- (B) Pode receber mercadorias ou produtos sem rastreabilidade de origem.
- (C) Não pode exigir dos profissionais da saúde o cumprimento da legislação sanitária vigente, em especial quanto à legibilidade da prescrição.
- (D) É proibido de exercer simultaneamente a medicina.
- (E) É seu direito receber remuneração por serviços que não tenha efetivamente prestado.

QUESTÃO 18

À luz do Código de Processo Ético, assinale a alternativa correta.

- (A) A competência disciplinar é do Conselho Federal de Farmácia, independentemente do Conselho Regional em que o faltoso estiver inscrito ao tempo do fato punível em que incorreu.
- (B) No decurso da apuração ética, o profissional não poderá solicitar transferência para outro Conselho Regional de Farmácia.
- (C) Cabe ao presidente do Conselho Regional de Farmácia analisar o parecer do presidente da Comissão de Ética e despachar pelo arquivamento ou pela instauração de processo ético-disciplinar.
- (D) Na hipótese de pedido de desligamento ou cancelamento de inscrição profissional, o processo ético será suspenso ou encerrado.
- (E) A Comissão de Ética será composta por conselheiros e empregados do Conselho Regional de Farmácia.

QUESTÃO 19

Define-se prescrição farmacêutica como o ato por meio do qual o farmacêutico seleciona e documenta terapias farmacológicas e não farmacológicas e outras intervenções relativas ao cuidado à saúde do paciente, visando à promoção, à proteção e à recuperação da saúde e à prevenção de doenças e de outros problemas de saúde. Sendo assim, de acordo com a Resolução n.º 586/2013 do Conselho Federal de Farmácia, assinale a alternativa correta a respeito desse tema.

- (A) O ato da prescrição farmacêutica não poderá ocorrer em diferentes estabelecimentos farmacêuticos.
- (B) No âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a prescrição de medicamentos estará necessariamente em conformidade com a Denominação Comum Brasileira (DCB) ou, em sua falta, com a Denominação Comum Internacional (DCI).
- (C) Em nenhuma hipótese, o farmacêutico poderá prescrever medicamentos cuja dispensação exija prescrição médica.
- (D) O farmacêutico deverá prescrever medicamentos de forma codificada ou abreviada.
- (E) É permitido o uso da prescrição farmacêutica como meio de propaganda e publicidade de qualquer natureza.

QUESTÃO 20

No que se refere ao Regimento Interno do Conselho Regional de Farmácia do Paraná, conforme a Deliberação n.º 962/2018, assinale a alternativa correta.

- (A) Expedição de carteira profissional, doação ou legados constituem renda do Conselho Regional de Farmácia do Paraná.
- (B) Para evitar interpretações diferentes, compete exclusivamente ao Conselho Federal de Farmácia dirimir dúvidas relativas à competência e ao âmbito das atividades profissionais farmacêuticas.
- (C) A jurisdição administrativa do Conselho Regional de Farmácia do Paraná abrange apenas pessoas físicas que exerçam atividades farmacêuticas, sendo as pessoas jurídicas excluídas de sua jurisdição.
- (D) Cabe ao Conselho Regional de Farmácia do Paraná registrar os profissionais que atuem na jurisdição de todo o estado do Paraná, sendo de competência do Conselho Federal de Farmácia a expedição da carteira profissional.
- (E) Não cabe ao Conselho Regional de Farmácia do Paraná sugerir ao Conselho Federal de Farmácia medidas necessárias à regularidade dos serviços e à fiscalização do exercício profissional.

QUESTÃO 21

Após a reforma trabalhista, ocorrida com a Lei n.º 13.467/2017, iniciou-se o questionamento sobre a continuidade da aplicação do princípio da norma mais favorável no conflito entre as fontes. Um dos pontos que levantou discussão foi a alteração realizada acerca dos acordos e das convenções coletivas de trabalho. Sendo assim, de acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assinale a alternativa correta.

- (A) Se a previsão na legislação específica for mais benéfica que a Constituição Federal de 1988, ela não poderá mais prevalecer sobre o disposto no texto constitucional.
- (B) As condições estabelecidas em acordo coletivo de trabalho sempre prevalecerão sobre as estipuladas em convenção coletiva de trabalho.
- (C) Em relação ao banco de horas anual, a lei tem prevalência sobre a convenção coletiva e o acordo coletivo de trabalho.
- (D) Pactos quanto à jornada de trabalho, observados os limites constitucionais, serão estabelecidos por lei, sem possibilidade de esse tema ser tratado por meio de convenção ou acordo coletivo.
- (E) Apenas quando mais favoráveis, as condições estabelecidas em convenção coletiva prevalecerão sobre as estipuladas em acordo coletivo.

QUESTÃO 22

O exercício da jurisdição pelo Estado busca restabelecer a ordem jurídica. Já a competência, no caso da justiça trabalhista, é a medida da jurisdição e tem como fundamento jurídico principal o art. 114 da Constituição Federal de 1988. Dessa forma, com relação à competência da Justiça do Trabalho, assinale a alternativa correta.

- (A) No âmbito da Justiça do Trabalho, a competência é definida em razão das pessoas, ou seja, em função da natureza da lide descrita na peça inaugural.
- (B) É competência da Justiça do Trabalho julgar todos os direitos trabalhistas que envolvam servidores públicos do regime estatutário.
- (C) A determinação de competência decorre do critério do território (*ratione loci*).
- (D) Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar as ações que envolvam o exercício do direito de greve.
- (E) Matérias de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho, serão julgadas na Justiça Comum, e não na Justiça do Trabalho.

QUESTÃO 23

Interrupção e suspensão contratuais são figuras juristrabalhistas que sustentam, de modo restrito ou amplo, mas provisoriamente, os efeitos das cláusulas componentes do respectivo contrato.

Não se confundem as duas figuras com as alterações objetivas do contrato de trabalho. É que elas não envolvem, de maneira direta, a modificação de cláusulas do contrato, mas apenas a efetiva sustação provisória de seus efeitos. Não se confundem, ainda, as referidas figuras com as garantias de emprego.

Maurício Godinho Delgado. **Curso de direito do trabalho**. 16.ª ed., rev. e ampl. São Paulo: LTr, 2017 (com adaptações).

Segundo a CLT, assinale a alternativa correta acerca desses institutos.

- (A) O afastamento do empregado em virtude das exigências do serviço militar constituirá motivo para rescisão do contrato de trabalho por parte do empregador.
- (B) Quando tiver que comparecer a juízo, o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, por, no máximo, cinco dias consecutivos.
- (C) No caso de doação voluntária de sangue devidamente comprovada, a cada três meses, o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço por um dia, sem prejuízo do salário.
- (D) Ocorrendo motivo relevante de interesse para a segurança nacional, poderá a autoridade competente solicitar o afastamento do empregado do serviço ou do local de trabalho, sem que se configure a suspensão do contrato de trabalho.
- (E) O empregado afastado do emprego, por ocasião de sua volta, não terá direito a todas as vantagens que, em sua ausência, tenham sido atribuídas à categoria a que pertencia na empresa.

QUESTÃO 24

Conforme a CLT, assinale a alternativa correta quanto a contrato individual do trabalho.

- (A) No caso de contratação, o empregador poderá exigir do candidato a emprego comprovação de experiência prévia de doze meses no mesmo tipo de atividade.
- (B) Para que o contrato de trabalho tenha validade, ele deverá obrigatoriamente ser acordado de forma expressa, não sendo admitida sua forma tácita.
- (C) O contrato de experiência poderá extrapolar noventa dias, desde que haja manifestação do empregador e devida anotação na carteira de trabalho.
- (D) Os direitos oriundos da existência do contrato de trabalho não subsistirão em caso de dissolução da empresa.
- (E) A cada doze meses, o empregado adquire direito a usufruir, nos doze meses subsequentes, um mês de férias, período no qual não poderá ser convocado para prestar serviços pelo mesmo empregador.

QUESTÃO 25

De acordo com a CLT, assinale a alternativa correta a respeito das partes e dos procuradores.

- (A) Não se admite que os empregadores possam reclamar pessoalmente perante a Justiça do Trabalho, sendo esse direito exclusivo do empregado.
- (B) O *jus postulandi* das partes, estabelecido no art. 791 da CLT, alcança o mandado de segurança e a ação rescisória.
- (C) Nos dissídios individuais, os empregados e os empregadores poderão fazer-se representar por intermédio do sindicato.
- (D) Nos dissídios coletivos, é obrigatória aos interessados a assistência por advogado.
- (E) O *jus postulandi* das partes, estabelecido no art. 791 da CLT, alcança os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.

QUESTÃO 26

No direito processual, a prova é o meio utilizado para a demonstração de veracidade dos fatos contestáveis. Cabe ao juiz conhecer o direito e aos litigantes narrar e provar os fatos. Sendo assim, com base na CLT, assinale a alternativa correta no que se refere a provas.

- (A) O ônus da prova caberá ao reclamado, bastando ao reclamante alegar seu direito, sem necessidade de apresentar provas, uma vez que é considerado como o lado mais fraco da relação trabalhista.
- (B) As partes e as testemunhas serão inquiridas pelo juiz ou pelo presidente, podendo ser reinquiridas, por seu intermédio, a requerimento dos vogais, das partes, de seus representantes ou dos advogados.
- (C) Quando devidamente arroladas ou convocadas, as testemunhas poderão sofrer desconto pelas faltas ao serviço ocasionadas por seu comparecimento para depor.
- (D) O juiz deverá garantir que o depoimento de uma testemunha seja ouvido pelas demais que tenham de depor no processo.
- (E) Cada uma das partes é obrigada a apresentar um perito ou técnico.

QUESTÃO 27

Compete ao Tribunal de Contas da União (TCU)

- (A) julgar as contas dos responsáveis por recursos da administração direta e indireta.
- (B) julgar as contas do presidente da República.
- (C) apreciar os atos de admissão de pessoal, a qualquer título, incluídos os cargos em comissão.
- (D) realizar, quando provocado, auditorias de natureza contábil nas unidades administrativas dos três Poderes.
- (E) fiscalizar contas nacionais e internacionais das empresas supranacionais de cujos capitais sociais a União participe.

QUESTÃO 28

Segundo a Lei n.º 8.213/1991, os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) classificam-se como segurados e dependentes. Considerando essa informação, assinale a alternativa correta.

- (A) O irmão não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 anos de idade, será considerado como beneficiário do RGPS, na condição de dependente do segurado.
- (B) Aquele que presta serviço de natureza contínua à pessoa ou à família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos, será considerado como segurado facultativo.
- (C) Os pais não poderão ser beneficiários do RGPS, na condição de dependente do segurado, sendo tal condição disponível apenas para filhos.
- (D) Não existe previsão expressa em lei para companheira e companheiro serem considerados como beneficiários do RGPS na condição de dependente do segurado.
- (E) A dependência econômica do cônjuge não é presumida, sendo necessário ser comprovada.

QUESTÃO 29

A Lei n.º 8.213/1991, em seu art. 124, dispõe sobre as vedações de recebimento conjunto de benefícios previdenciários. A aplicabilidade trazida por esse dispositivo restringe-se ao âmbito do RGPS, ou seja, proíbe o recebimento conjunto de certos benefícios no mesmo regime. Contudo, é permitido o recebimento conjunto dos seguintes benefícios no RGPS:

- (A) aposentadoria e auxílio-doença.
- (B) aposentadoria e abono de permanência em serviço.
- (C) salário-maternidade e auxílio-doença.
- (D) aposentadoria e pensão por morte.
- (E) auxílios-acidente.

QUESTÃO 30

A respeito da distinção existente entre organização social (OS) e organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), assinale a alternativa correta.

- (A) Não há vedação ao enquadramento de OSCIP como OS; há vedação ao enquadramento de OS como OSCIP.
- (B) A OSCIP explora atividades de interesse público antes desempenhadas pelo Estado; a OS exerce atividade de natureza privada.
- (C) A OSCIP firma contrato de gestão; a OS firma termo de parceria.
- (D) A outorga da condição de OSCIP é discricionária; o reconhecimento da condição de OS é vinculado.
- (E) A OSCIP conta com participação obrigatória do Poder Público em sua gestão; a participação do Poder Público na gestão da OS é facultativa.

QUESTÃO 31

O Capítulo I do Título XI do Código Penal trata dos crimes funcionais, praticados por determinado grupo de pessoas (funcionários públicos) no exercício de sua função, associados ou não com pessoa alheia aos quadros administrativos, impregnando o correto funcionamento dos órgãos do Estado. A propósito, a Administração Pública em geral (direta, indireta e empresas privadas prestadoras de serviços públicos, contratadas ou conveniadas) será vítima primária e constante, podendo, secundariamente, figurar no paio passivo eventual administrado prejudicado.

Rogério Sanches Cunha. **Manual de direito penal: parte especial (art. 121 ao 361)**. 9.ª ed., rev., ampl. e atual. Salvador: JusPODIVM, 2017 (com adaptações).

Tendo o texto acima como referência inicial, assinale a alternativa correta acerca dos crimes contra a Administração Pública.

- (A) Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida trata-se de crime de concussão.
- (B) Não é considerado como crime patrocinar, indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, valendo-se da qualidade de funcionário.
- (C) Abandonar cargo público, fora dos casos previstos em lei, apesar de ser uma prática considerada como ímproba, não é tipificada como crime previsto no Código Penal.
- (D) Deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício ou praticá-lo contra disposição expressa de lei para satisfazer interesse ou sentimento pessoal é tipificado como crime de advocacia administrativa.
- (E) Chefe que, por indulgência, deixar de responsabilizar subordinado que cometeu infração no exercício do cargo será tipificado por ter praticado o exercício funcional ilegalmente antecipado.

QUESTÃO 32

No que se refere aos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.

- (A) O negócio jurídico simulado declarado como nulo, necessária e igualmente, fará nulo o negócio dissimulado a ele subjacente.
- (B) Em homenagem à autonomia da vontade, as nulidades que viciem negócio jurídico somente podem ser invocadas pelas partes dele integrantes.
- (C) Quando assim requererem as partes, o negócio jurídico nulo é passível de convalidação judicial.
- (D) Somente quando absoluta, a incapacidade do agente anula o negócio jurídico.
- (E) O negócio anulável é passível de confirmação pelas partes, ressalvando-se, contudo, eventual direito de terceiro.

QUESTÃO 33

A Lei n.º 8.666/1993 estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras e serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. No Capítulo IV – Das Sanções Administrativas e da Tutela Judicial, na Seção III, há a disposição dos crimes e das penas relativos à licitação. De acordo com Lei n.º 8.666/1993, assinale a alternativa correta.

- (A) O agente público que dispensar ou inexigir licitação, fora das hipóteses previstas em lei, estará cometendo crime. Contudo, aquele que tenha concorrido para consumação da ilegalidade não poderá ser penalizado.
- (B) Aquele que frustrar, mediante ajuste, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o objetivo de obter para outrem vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, não estará cometendo irregularidade sujeita à detenção.
- (C) Admitir à licitação ou celebrar contrato com empresa ou profissional declarado como inidôneo é considerado como crime previsto na lei em comento.
- (D) A devassa do sigilo da proposta apresentada em procedimento licitatório não poderá ser considerada como crime punível com detenção e multa.
- (E) O licitante que se abstém ou desiste de licitar, em razão de vantagem oferecida, não poderá sofrer nenhum tipo de penalidade.

QUESTÃO 34

Quanto às fontes do direito administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) Não existe nenhuma espécie de hierarquia entre as fontes do direito administrativo; todas elas são passíveis e capazes de inovar na ordem jurídica.
- (B) A lei como fonte do direito administrativo deve ser entendida de forma ampla, contemplando todas as espécies normativas, incluídas as secundárias, como capazes e aptas a estabelecer direitos e deveres.
- (C) A doutrina ostenta papel importante como fonte do direito administrativo, esclarecendo e elucidando normas de modo a fomentar a sua observância e aplicação.
- (D) Atualmente, com uma cada vez maior judicialização de políticas públicas, a jurisprudência passou a ocupar a mesma força cogente que a lei, ambas fontes do direito administrativo.
- (E) Os costumes desempenham papel importante e, a bem da segurança jurídica, podem, eventualmente, quando contrariarem lei, sobre ela prevalecer.

QUESTÃO 35

Com base na Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), assinale a alternativa correta.

- (A) O termo inicial da prescrição da pretensão punitiva em ações de improbidade é a data do cometimento do ilícito.
- (B) A instauração de inquérito civil público suspende o curso do prazo prescricional.
- (C) As penas de perda da função, de suspensão de direitos políticos e de proibição de contratação com a Administração admitem cumprimento provisório, dispensando trânsito em julgado da decisão condenatória.
- (D) A condenação em reparação ao erário é imprescritível, sendo extensível ilimitadamente ao patrimônio dos herdeiros do agente ímprobo.
- (E) As sanções ao agente autor de ato de improbidade podem ser cumuladas com sanções disciplinares e penais, sem que com isso incorra em *bis in idem*.

QUESTÃO 36

Com relação à responsabilidade do Estado, assinale a alternativa correta.

- (A) A responsabilidade das concessionárias de serviços públicos no exercício da função delegada é objetiva, tal qual a da Administração, que, por sua vez, somente pode ser demandada subsidiariamente.
- (B) Excepcionalmente, a responsabilidade das concessionárias de serviços públicos poderá ser objetiva perante seus usuários e subjetiva em relação a não usuários.
- (C) Atos jurisdicionais, como regra, podem fundamentar responsabilidade civil do Estado.
- (D) Leis de efeitos concretos que atinjam diretamente determinado indivíduo podem fundamentar responsabilidade estatal independentemente de serem declaradas como inconstitucionais.
- (E) Por força da presunção de constitucionalidade com que nascem, as leis posteriormente declaradas como inconstitucionais não são capazes de ensejar a responsabilização civil do Estado.

QUESTÃO 37

Para o desempenho de suas funções, as Comissões Parlamentares de Inquérito podem, independentemente de decisão judicial,

- (A) realizar busca e apreensão de documentos em escritório de investigado.
- (B) acessar processo judicial sob sigilo.
- (C) adotar providências cautelares como o sequestro de bens.
- (D) interceptar comunicações telefônicas de investigado.
- (E) acessar dados bancários e fiscais de cidadão.

QUESTÃO 38

No que diz respeito ao Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC – Lei n.º 12.462/2011) e a suas especificidades em relação ao regime geral, assinale a alternativa correta.

- (A) No RDC, o julgamento das propostas é antecedido pela habilitação dos interessados, a exemplo do regime geral.
- (B) É possível, com base no RDC, a chamada multiadjudicação, isto é, a contratação de mais de uma empresa ou instituição para a execução de um mesmo objeto, concorrente e simultaneamente.
- (C) Entre os objetivos que inspiraram o RDC, está o fomento à indústria nacional, com privilégios e prioridades a empresas domésticas.
- (D) No RDC, a disputa é sigilosa, com o desconhecimento, entre os interessados, das propostas de seus concorrentes.
- (E) Uma das formas de remuneração previstas no RDC é o chamado contrato de eficiência, em que o usuário do serviço paga diretamente ao prestador a contraprestação pelo investimento realizado.

QUESTÃO 39

Quanto aos limites territoriais da inelegibilidade reflexa previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- (A) Cônjuge do atual prefeito não pode se candidatar, pela primeira vez, à vice-prefeitura do mesmo município.
- (B) Irmão por adoção do atual prefeito não pode se candidatar, pela primeira vez, a vereador no mesmo município.
- (C) Pai do atual presidente da República não pode se candidatar, pela primeira vez, a nenhum cargo eletivo no País.
- (D) Filho do atual governador de estado não pode se candidatar, pela primeira vez, a deputado estadual no mesmo estado.
- (E) Cônjuge de secretário de estado não pode se candidatar, pela primeira vez, a prefeito de município que pertença àquele mesmo estado.

QUESTÃO 40

A respeito do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), assinale a alternativa correta.

- (A) O CNMP integra a estrutura do Ministério Público da União.
- (B) O controle exercido pelo CNMP é de natureza administrativa e financeira, mas não funcional, na perspectiva da atividade-fim; na verdade, deve o CNMP zelar pela autonomia funcional do Ministério Público.
- (C) O CNMP pode rever, de ofício, processos disciplinares contra membros já julgados, sem limite de tempo.
- (D) A escolha do corregedor nacional do Ministério Público será feita pelo procurador-geral da República, presidente do CNMP.
- (E) Os ministérios públicos e os tribunais de contas possuirão assento no CNMP.

QUESTÃO 41

No que se refere aos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, assinale a alternativa correta.

- (A) Na visão moderna, não mais se fala em separação de Poderes, que viram suas fronteiras irem desaparecendo até formarem um único Poder: o Estatal.
- (B) O regime político adotado pelo Brasil é a democracia puramente representativa, cláusula pétrea.
- (C) A república, como forma de governo, é cláusula pétrea e, portanto, não admite alteração.
- (D) A autonomia dos entes federativos lhes confere, além de autogoverno, soberania.
- (E) A união indissolúvel dos entes da federação impede a chamada secessão.

QUESTÃO 42

Com relação às formas de integração da norma jurídica, assinale a alternativa correta.

- (A) Para o direito civil constitucional, a lacuna ensejadora de integração não é somente a normativa, mas também a ontológica, axiológica ou antinômica.
- (B) A analogia consiste em interpretação extensiva, isto é, no alargamento da norma existente para contemplar hipótese não expressa, mas implícita, na lei.
- (C) Os costumes veiculam práticas que, ainda quando contrariem a lei, merecem ser levadas em conta devido à sua reiteração social.
- (D) Os princípios gerais de direito não possuem eficácia normativa, mas podem funcionar como elemento de persuasão argumentativa na defesa de uma determinada interpretação da lei lacônica.
- (E) A jurisprudência é fonte do direito e meio de preenchimento de lacunas.

QUESTÃO 43

O direito brasileiro utiliza o vocábulo “tributo” em sentido genérico, abrangendo conceitos como “imposto”, “taxa”, “contribuição”, “empréstimo compulsório” e “pedágio”. Considerando a definição utilizada pelo Código Tributário Nacional, assinale a alternativa que **não** apresenta uma das características dos tributos.

- (A) caráter pecuniário
- (B) compulsoriedade
- (C) natureza não sancionatória
- (D) instituição por lei
- (E) natureza não vinculada

QUESTÃO 44

Lei vigente, ou lei em vigor, é aquela que é suscetível de aplicação, desde que se façam presentes os fatos que correspondam à sua hipótese de incidência. Considerando essa informação, assinale a alternativa correta acerca da aplicação da legislação tributária no tempo e no espaço.

- (A) A lei tributária, como regra, pode vigorar além do território do ente político que a edita.
- (B) O Código Tributário Nacional não prevê a extraterritorialidade da legislação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, nos termos de convênios que, entre si, realizem ou de normas gerais de direito tributário.
- (C) No direito brasileiro, a regra é a de que as leis que criem ou majorem tributos não possam ser aplicadas durante o próprio exercício em que sejam editadas.
- (D) Ao tratar da vigência das leis tributárias, o Código Tributário Nacional não explicita o princípio da anterioridade.
- (E) A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros, mas não aos pendentes, assim entendidos aqueles cuja ocorrência tenha tido início, mas não esteja completa.

QUESTÃO 45

Quanto às associações e às fundações, assinale a alternativa correta.

- (A) As associações não podem desempenhar atividade econômica.
- (B) Os administradores das fundações devem prestar contas ao Ministério Público, que fiscalizará sua constituição e seu funcionamento.
- (C) As associações devem observar a isonomia, não lhes sendo permitida a criação de categorias distintas de associados.
- (D) Os partidos políticos são espécie peculiar de associação.
- (E) As organizações religiosas são associações com total autonomia, haja vista a proteção constitucional à liberdade religiosa.

QUESTÃO 46

Com relação à prescrição, assinale a alternativa correta.

- (A) A renúncia à prescrição somente é admitida quando expressa.
- (B) É permitida a renúncia prévia à prescrição, isto é, antes de seu aperfeiçoamento.
- (C) Os prazos prescricionais disponíveis podem ser alterados por convenção das partes.
- (D) A prescrição iniciada contra uma pessoa que venha a falecer não se interrompe nem se suspende em razão do evento morte, continuando a correr contra o sucessor.
- (E) A prescrição deve ser alegada pela parte a quem aproveita na primeira oportunidade, sob pena de preclusão.

QUESTÃO 47

Com base no Código de Defesa do Consumidor (CDC), assinale a alternativa correta.

- (A) Pessoas jurídicas não podem ser enquadradas na condição de consumidoras por faltar-lhes a condição de vulneráveis.
- (B) São equiparadas a consumidores as pessoas que intervierem na relação de consumo, desde que determináveis.
- (C) Entes despersonalizados brasileiros e estrangeiros podem ser enquadrados como consumidores para os fins do CDC.
- (D) O produto é sempre bem material, palpável.
- (E) Os serviços prestados à contratante em razão de vínculo trabalhista também podem atrair as regras do CDC.

QUESTÃO 48

Com base na Constituição Federal de 1988, no Código de Processo Civil (CPC) e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a alternativa correta acerca do recurso especial.

- (A) O STJ não admite, para fins de cabimento de recurso especial, nem o prequestionamento ficto, nem o prequestionamento implícito.
- (B) Quando da interposição de recurso especial, a fim de justificar o não recolhimento do preparo, o anterior deferimento do benefício da gratuidade de justiça não desonera o recorrente de reiterar o pedido.
- (C) Por sua equiparação às leis, os atos normativos, como resoluções, instruções normativas, portarias e súmulas de tribunais, podem fundamentar hipótese de cabimento de recurso especial.
- (D) Os embargos de declaração interrompem o prazo para interposição de agravo em recurso especial contra decisão que o haja inadmitido.
- (E) Não basta ao recurso especial indicar o dispositivo de lei federal tido por violado ou sobre o qual haja dissenso jurisprudencial, sendo necessária, ainda, a indicação explícita da hipótese constitucional de cabimento em que o recurso se funda.

QUESTÃO 49

Segundo o CPC e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a alternativa correta no que se refere à ação rescisória.

- (A) A ação rescisória fundada em violação literal à norma jurídica somente alcança as espécies legislativas constitucionais, não admitindo como embasamento a contrariedade a regimento interno de tribunal.
- (D) A decisão judicial transitada em julgado e fundamentada em entendimento jurisprudencial do STF que, contudo, venha a sofrer alteração posteriormente desafia o ajuizamento de ação rescisória.
- (C) O erro de fato capaz de autorizar ajuizamento de ação rescisória é aquele que resulta de uma interpretação imprecisa dos fatos.
- (B) A rescisão de decisão transitada em julgado pode se limitar a capítulo autônomo, preservando os demais que não sejam contaminados pelo vício ensejador da desconstituição.
- (E) Decisão de caráter precário e cognição sumária não podem preponderar sobre decisão definitiva em cognição exauriente, por isso descabe tutela provisória de urgência em ação rescisória.

QUESTÃO 50

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a legislação infraconstitucional e a jurisprudência do STF, assinale a alternativa correta a respeito da reclamação constitucional e do mandado de segurança.

- (A) A reclamação ajuizada inicialmente com fundamento em decisão do STF em controle difuso de constitucionalidade, mas que, supervenientemente, veja aquele entendimento ser consolidado em súmula vinculante deve ser admitida.
- (B) A decisão judicial que contrarie tese firmada em repercussão geral desafia imediatamente o ajuizamento de reclamação para o STF.
- (C) É cabível recurso por parte da autoridade coatora contra a decisão que defere liminar em mandado de segurança.
- (D) O recurso ordinário constitucional em mandado de segurança admite a aplicação da teoria da causa madura.
- (E) O mandado de segurança admite a intervenção de *amicus curiae* como forma de subsidiar a decisão judicial.

PROVA DISCURSIVA

- A prova discursiva consistirá em **2 (duas) questões** para redação de textos dissertativos, de até **30 linhas** cada.
- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, os espaços para rascunho indicados no presente caderno. Em seguida, transcreva os textos para as respectivas folhas de texto definitivo da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de **30 linhas** será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito nas folhas de texto definitivo.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta ou azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- O espaço destinado à transcrição de texto das **folhas de texto definitivo** não poderá ser assinado, rubricado nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- As **folhas de texto definitivo** serão os únicos documentos válidos para avaliação da prova discursiva. As folhas para rascunho neste caderno são de preenchimento facultativo e não servirão para avaliação.

QUESTÃO 1

O procedimento para o processamento do recurso especial e do recurso extraordinário é regulado de maneira unificada (arts. de 1.029 a 1.041 do CPC/2015).

A atribuição para o processamento inicial do recurso especial ou extraordinário é conferida ao presidente ou ao vice-presidente do tribunal *a quo*, conforme seu regimento interno. O recurso é recebido pela secretaria do tribunal, que intima o recorrido para que apresente as contrarrazões recursais no prazo de quinze dias, que também deverão ser dirigidas ao presidente ou vice-presidente do tribunal local.

Decorrido o prazo para a resposta, com ou sem seu oferecimento, o recurso passará pelo juízo de admissibilidade provisório, em decisão fundamentada. Na versão original do CPC/2015, o juízo de admissibilidade do recurso especial e do recurso extraordinário havia sido substancialmente modificado. O CPC/2015, a princípio, previa a realização desse primeiro exame diretamente pelos tribunais superiores, mas essa regra foi alterada pela Lei n.º 13.256/2016, fazendo com que o regime permaneça semelhante ao que se havia adotado no sistema anterior, sob a vigência do CPC/1973.

Luiz Rodrigues Wambier e Eduardo Talamini. **Curso avançado de processo civil: cognição jurisdicional**. v. II. 16.ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016, p. 612-613 (com adaptações).

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

A recorribilidade do juízo negativo de admissibilidade dos recursos especiais e extraordinários

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) diferenciação entre o juízo de admissibilidade e o juízo de mérito dos recursos em geral;
- b) relação entre o princípio da unirrecorribilidade e a sistemática do juízo de admissibilidade dos recursos especiais e extraordinários adotada pelo CPC/2015; e
- c) entendimento jurisprudencial do STJ sobre o meio processual adequado para a impugnação do acórdão que, no julgamento de agravo interno interposto contra decisão de inadmissibilidade de recurso especial ou extraordinário, aplicar equivocadamente entendimento fixado em sede de recurso repetitivo ou de repercussão geral.

RASCUNHO PARA A QUESTÃO 1

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

QUESTÃO 2

Quando uma lei entra em vigor, revogando ou modificando outra, sua aplicação é para o presente e para o futuro. Não seria compreensível que o legislador, instituindo uma qualquer norma, criando um novo instituto ou alterando a disciplina da conduta social, o fizesse com os olhos voltados para o tempo pretérito e pretendesse ordenar o comportamento para o decorrido.

Caio Mário da Silva Pereira. **Instituições de direito civil**. 24.^a ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011 (com adaptações).

Considerando que o texto acima tenha caráter exclusivamente motivador, redija um texto dissertativo acerca do tema a seguir.

Conflito de leis no tempo

Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

- a) definição de lei retroativa e conceito de direito intertemporal;
- b) diferença básica entre as teorias subjetivistas e as teorias objetivistas sobre o conflito de leis no tempo, destacando as consequências da divergência; e
- c) possibilidade de que as chamadas leis interpretativas possuam efeitos retroativos.

RASCUNHO PARA A QUESTÃO 2

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO